As medidas contra a Rússia de março de 2022

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Em 5 de março de 2022, Singapura anunciou sanções contra a Rússia em resposta à invasão da Ucrânia, agindo pela primeira vez em décadas sem um mandato do Conselho de Segurança. O Ministry of Foreign Affairs justificou o afastamento da prática habitual com a invasão não provocada de um Estado soberano e a paralisia do Conselho de Segurança causada pelo veto russo.[1] As medidas financeiras implementadas pela MAS proibiram as instituições financeiras de realizar operações com quatro bancos russos nominalmente indicados (VTB, VEB.RF, Promsvyazbank e Bank Rossiya). Proibiram também a participação na emissão ou na negociação de novos valores mobiliários e o financiamento de entidades designadas ligadas ao governo russo. Por fim, proibiram serviços financeiros que facilitassem a captação de recursos pelo governo ou pelo banco central russo.

O mais relevante aqui é que as medidas incluíram uma proibição expressa de operações com DPT. A MAS determinou às instituições financeiras, inclusive aos prestadores de serviços de DPT, que se abstivessem de facilitar operações envolvendo DPTs que pudessem ser usadas para contornar as demais medidas. Na prática, isso significou bloquear operações ligadas aos bancos e entidades designados e tratar os fluxos de DPT com conexão russa como de risco mais elevado.[2] A

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

proibição relativa a DPT era incomum na época e mostrou que a MAS considerou os criptoativos um canal de evasão desde o início das medidas contra a Rússia. No âmbito do controle de exportações, administrado pela Singapore Customs com base no Strategic Goods (Control) Act 2002, foram restringidos bens militares e de uso dual, além de certos produtos eletrônicos.

As medidas de Singapura foram mais restritas do que os pacotes da UE, do Reino Unido ou dos Estados Unidos. Singapura não bloqueou os ativos de oligarcas, não impôs uma proibição geral de serviços cripto a residentes na Rússia, como fez a UE em outubro de 2022, e não adotou o teto de preço do petróleo. Um cidadão russo residente em Singapura que não esteja ligado a uma entidade designada pode manter licitamente uma conta de DPT junto a um licenciado de Singapura, sujeito a due diligence reforçada. A mesma pessoa não poderia ser atendida pela afiliada suíça do licenciado se a proibição de serviços cripto da portaria suíça se aplicasse a ela (ver Parte F, Capítulo VII). Essa assimetria é um dos exemplos mais claros de por que um grupo com dois centros não pode operar uma política única de aceitação de clientes sem uma camada específica por jurisdição.

Notas

1. Ministry of Foreign Affairs, Singapura, declaração de 28 de fevereiro de 2022 e comunicado à imprensa de 5 de março de 2022 anunciando sanções e restrições contra a Rússia; MAS, comunicado à imprensa de 5 de março de 2022, “MAS Imposes Financial Measures Against Russia”. ↩
2. MAS, comunicado à imprensa de 5 de março de 2022, e a notice da MAS às instituições financeiras que o acompanhou, sobre medidas financeiras em relação à Rússia, incluindo a proibição de facilitar operações com digital payment tokens que pudessem contornar as medidas. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com